

Espaço Europe Direct

Europe Direct

Centro de Informação de Aveiro



Artigo de Opinião

Justiça e Direitos Fundamentais

'A justiça é cega, mas a injustiça podemos ver.'

O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker propôs um conjunto de orientações para guiar um programa de trabalhos da comissão, que foi aprovado pelo Parlamento Europeu, sendo que a Justiça e Direitos Fundamentais coube o 7º lugar.

Esta prioridade tem objetivos muito claros que passam pela preservação dos direitos humanos e dos direitos das empresas

A justiça e o respeito pelos direitos humanos nem sempre têm a devida importância que lhes deve ser dada. Talvez, as prioridades de Juncker sejam apenas para definir os direitos e não atuar sobre eles. Não é de agora, mas sim de sempre que se

houve falar em escravatura infantil, em cibercriminalidade e até mesmo corrupção...

Não chega criar a lei é necessário criar mecanismos para nos certificarmos que a lei é cumprida.

Assim é necessário que haja um reconhecimento e respeito mútuo das várias máximas decretadas pelos tribunais de outros países membros. Não menos importante para Juncker é o objetivo de dar por concluída a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa. Esta convenção foi assinada em Portugal, a 22 de Setembro de 1976, e um dos seus princípios é de que, o direito de qualquer pessoa à vida seja protegido pela lei, fazendo

com que o convívio em sociedade se torne o mais saudável possível para todos. Fazer respeitar a diferença.

ESPAÇO ENTREVISTA

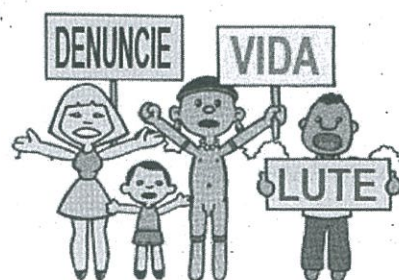
Será que a união europeia tem vindo a agir em conformidade com a justiça e direitos humanos?

"A "Carta dos Direitos Fundamentais", traduz com clareza o que os Estados Membros da EU pretendem, relativamente à consagração dos superiores DIREITOS HUMANOS.

Vincula todos os países pertencentes à UE, assegurando que os Direitos dos cidadãos europeus são observados e respeitados.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, ou Tribunal Judicial Europeu, é a mais alta Instância à qual qualquer cidadão europeu poderá recorrer, sentindo violados ou diminuídos os Seus Direitos;

O Direito à liberdade de pensamento, à religião, ou a Proibição a trabalho escravo, discriminação, tortura, tráfico de seres humanos... são algumas das regras que comprometem todos os países europeus, por forma assegurar que o respeito pelos Nossos Direitos Cívicos, políticos e sócio culturais são



respeitados.

Este é um tema de enorme abrangência, ou não fosse a UE um Estado em franco crescimento cultural e sócio económico, com todos os conflitos de valores culturais que esta situação acarreta, pelo que este tema estará em constante mutação.

Se funciona?

Se a "Carta" tem efeitos práticos?... Muito haveria a dizer sobre o assunto... A deslocação em massa dos refugiados, para os mais diversos países europeu continua a ser tema um complexo e muito longe de ser consensual..."

Alice Venâncio

Tec. Recursos Humanos

Temos de contar obrigatoriamente com a ajuda dos nossos cidadãos europeus assim como das instituições governamentais e empresas norte-americanas que têm um papel importante no que respeita a proteção dos dados pessoais de todos os intervenientes na sociedade.

Analisando, globalmente, as prioridades de Juncker e constatando o sétimo lugar da Justiça e Direitos humanos vimo-nos forçadas a evidenciar que sem o bom funcionamento destes, todos as seis primeiras são postas em causa.



Cátia Ferreira, Lílana Vulhena, Rita Silva
Alunos Economia Europeia UA | Email: prioridades.ce@gmail.com